

4

O trabalho e a mulher

Estávamos assim trabalhando, a metade com a lança na mão,
desde o despontar da aurora até a aparição das estrelas.
(Neemias 4,15)

As construções acerca de masculinidade e feminilidade são, ao longo do tempo, cada vez mais estudadas em diferentes áreas, por diferentes autores. Neste sentido, uma questão é comum: afinal, o que é coisa para homem? O que é coisa de mulher? Por que bebês usam enxovais cor-de-rosa ou azuis, de acordo com o sexo? Por que é esperado que meninas brinquem de fazer comidinha e meninos com soldadinhos ou carrinhos? Homem não chora? Quem determina isso? A grande questão passa a ser, então, a seguinte: a ideologia dominante reproduz e fortalece estas e outras tantas determinações. Por quê? Quem ganha, realmente, alguma coisa com isso? Partindo destes questionamentos, cabe, neste capítulo, considerar a divisão sexual para avaliar os impactos sobre esta fragmentação do trabalho e, assim, remeter à discussão deste estudo, que envolve a relação das mulheres da zona rural de Paraíso com o trabalho e com o movimento social das associações rurais.

4.1

O vestido e a enxada: trabalho e gênero

Conforme indicado anteriormente, este item busca apresentar como se dá a dinâmica das atividades femininas, sob o aspecto do trabalho e da participação nas associações rurais. Os impactos deste processo devem ficar mais evidentes, na medida em que novas respostas esclareçam acerca da posição ocupada pela mulher naquele meio, considerando, também, a influência de determinadas ideologias.

As relações sociais, presentes na esfera estudada, evidenciadas pela pesquisa revelam aspectos de apenas uma pequena parte da totalidade referente ao universo feminino daquele município. A inserção da mulher no trabalho da área rural, apresentada aqui, pode assumir, de certa forma, uma representação, inclusive, daquilo que ocorre em tantas outras realidades, que envolvem estas mesmas categorias de trabalho e gênero relacionadas à agricultura, no Brasil.

A discussão em torno da divisão sexual do trabalho vem trazendo à tona, em diferentes momentos da realidade, o confronto entre as idéias acerca de masculinidade e feminilidade. Isto sugere a necessidade de se compreender e problematizar a situação a partir de um enfoque sobre a categoria trabalho, uma vez que esta fragmentação ganhou nova dimensão com a “feminização” do mundo do trabalho. A dupla exploração do trabalho feminino pode ser evidenciada a partir da própria divisão tradicional do trabalho, que determina o trabalho doméstico como uma atividade propriamente feminina, onde cabe à mulher manter sua função de reprodutora social, limitando-se a cuidar do homem trabalhador e da continuidade da família, conforme aponta Silva (1997,124):

“Embora a mulher tenha conquistado o mundo do trabalho, ela ainda não conquistou uma posição de igualdade junto ao homem. A sua força de trabalho não tem o mesmo valor que a do homem. Além de que o mundo doméstico praticamente ainda continua sob a sua responsabilidade, o que significa que ela está dispendo de sua força produtiva nas duas esferas do trabalho, e isto gera um desgaste enorme para a mesma”.

É possível considerar que, em variadas esferas, o trabalho feminino está sujeito a sofrer uma espécie de processo de invisibilidade e, percebido este fenômeno, surgem estudos que enfocam as relações de gênero no meio rural. De acordo com Machado e Schefler (2005) apud Schefler (2002):

“A estrutura familiar, conforme esta autora, absorve o seu status de trabalhadora, conferindo-lhe preferencialmente o papel de mãe de família, papel este, assumido e naturalizado pelas próprias mulheres que autodenominam seu trabalho

como “ajuda”, reafirmando as atividades econômicas como de responsabilidade dos homens. Assim, os papéis definidos social e culturalmente pelos sistemas de gênero são plenamente aceitos e explicados, com base nas diferenças naturais dos sexos, em contraposição as reais demandas de trabalho realizadas no cotidiano, principalmente nos momentos de crise econômica familiar”.

Considerando esta análise, percebe-se que a própria mulher acaba deixando-se induzir por determinada ideologia, e, desse modo, levada a acreditar em sua suposta inferioridade. Conforme a afirmação de Bourdieu apud Machado e Schefler (2005):

“Isto reflete uma atitude sistemática de auto-depreciação e de desvalorização das mulheres do seu próprio trabalho, fato que encontra explicação em Bourdieu, quando afirma: ‘os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais’ (...)”.

Em outros estudos, o trabalho vem sendo observado através de consideráveis transformações que vêm se dando no decorrer dos últimos anos. Ao longo de sua obra, Antunes (2005) afirma que esta categoria vem adquirindo características de precarização cada vez mais evidentes.

A divisão sexual do trabalho foi analisada por diversos autores e, neste sentido, Hirata (2002) revela que, a partir das condições de trabalho impostas às mulheres, diversos aspectos são identificados, conforme vão sendo apreendidas as diferenças presentes na esfera do trabalho como, por exemplo, a ausência de igualdade salarial entre homens e mulheres. Algumas funções direcionadas exclusivamente às mulheres contribuem, também, para a grande precarização e exploração da mão-de-obra feminina.

Seguindo esta ordem de idéia, Machado e Schefler (2005) afirmam:

“Sabe-se que o trabalho feminino, como demonstrado em várias pesquisas, tem uma conotação valorativa negativa quando referido como “trabalho de mulher” pelo fato das tarefas por elas desenvolvidas não se expressarem em

relações monetárias, são facilmente desqualificadas e esquecidas, tornam-se invisíveis. Grande parte do trabalho desenvolvido pelas mulheres está excluída da esfera da troca e não pode ser remunerado, sobretudo porque seu trabalho é visto como uma dimensão da “maternagem”, como doação, dádiva ou dom”.

A relação entre gênero e classe social remete a uma análise voltada para o modo de produção capitalista, que Antunes (1999, 109) interpreta da seguinte maneira:

“As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho”.

A leitura do autor aponta para as construções que são disseminadas pela sociedade ao longo do tempo e que, seguramente, exercem uma influência precoce nos atores sociais, ainda no processo de socialização primária, que acontece junto à família. Meninas e meninos são, desde cedo, induzidos a seguir o que se pensa que seja uma atividade adequada para homem ou para mulher.

“Fiz magistério, mas eu não quis seguir a carreira de professora porque meu sonho sempre foi fazer agronomia. Aí... mas, assim, meu pai achava que era coisa pra homem, falava que era coisa pra homem...”

A “fala” da entrevistada revela, primeiramente, o que foi determinado em seu caminho profissional, a decisão de seguir o magistério foi imposta, tida como algo natural. Já a decisão de estudar para uma delas assumir uma outra profissão, foi sua opção, mas não recebeu incentivo logo de imediato, visto que esta seria uma carreira profissional considerada masculina. Fica visível, neste caso, a influência das construções que

partiram de uma ideologia do que seria determinante para determinado sexo.

No que se refere à participação na associação rural, as tarefas misturam-se e causam certo impacto nos participantes quando a mulher toma uma função tida como masculina. Sobre a divisão das tarefas nas associações, uma entrevistada explica sobre essa dinâmica, na associação da qual fez parte:

“Então... a, a gente fazia, por exemplo, o bar, a gente pegava pela associação. Então, assim, as mulheres ajudavam na cozinha, os rapazes ajudava a ser garçon, é... a gente ajudava, ficava responsável pelo caixa do bar; então dava uma renda pra associação. A gente fazia almoço em benefício da associação, a gente até construiu uma, uma casa, um barracão, comprou alguns implementos, né, que o trator a gente já havia ganho, (...) , então, assim, a gente ajudava... a melhorar! A crescer! E a gente tinha muitos planos pra associação, por exemplo, no começo, é, tiveram cursos lá do SENAR, em parceria com a Cooparaíso, é... nós fizemos...(...)”.

É possível perceber que estão presentes, na esfera das associações, as atividades ligadas à reprodução social, que acabam sendo designadas à mulher. Isto significa dizer que o que é considerado tarefa feminina dentro dos lares, é reproduzido, também, no espaço público das associações. A “fala” traz outros detalhes acerca das tarefas femininas nas associações:

“(...) não, não... tem só essa secretária... na associação, mesmo, só essa secretária. É... tem uma equipe lá, umas mulheres que são... assim... sabe, cê pode contar com elas pra tudo! É um grupo voluntário, voluntário! É! E mais assim, por exemplo, é, a questão de, de... igual fizemos um dia de campo elas que fritaram os peixes, que, que, fizeram o pãozinho com carne, sabe?”

Considerando outro depoimento, percebe-se a existência de alguns obstáculos que acabam influenciando na redução da participação feminina nas associações:

“(...) E, assim...mais... é... questão de, de cozinha... não...ajuda assim, muito... entendeu? Elas, a... na nossa comunidade de lá, as mulheres são... retraídas nesse ponto. Até os cursos do SENAR que a gente fazia lá, tinha muitos cursos legais pra, pra, mulheres, é... fizemos cursos de, de... de doces, né, o pessoal aprendeu a fazer doce, queijo! Mas, assim, fizemos um de artesanato, em folha de fibra de bananeira, em palha de milho, a gente até queria ter feito mais cursos, mas as mulheres da comunidade, elas não ajudam nesse ponto, assim, “Ah, não, mas tem que ser uma semana de curso? Ah, não! Mas eu não posso sair de casa uma semana de curso!” Sabe, assim?”

São obstáculos identificados como, por exemplo, as próprias tarefas domésticas, já determinadas como funções tipicamente femininas. Assim, por terem o trabalho doméstico como uma obrigação própria, as mulheres acabam tendo seu tempo reduzido para se dedicarem a outras atividades, no caso aqui, a participação no espaço político das associações rurais. E este espaço teria mais sugestões,críticas, ações, se freqüentado por mais pessoas, em busca por melhorias.

No que se refere às dificuldades que impedem um maior número de mulheres em ação nas atividades de produção, uma das entrevistadas afirma que, em sua opinião, existe um caminho pela frente a ser percorrido até que se atinja uma participação efetiva, com um número significativo de mulheres:

“(...). Poucas, poucas... Até, assim... eu, eu sei lá! Não sei se é porque... igual aqui, na Cooparaíso, nós somos em mais ou menos quinze engenheiros agrônomos. Sou a única mulher. Só eu! Aqui, aqui e na matriz... é, bom, aí tá... veterinário, técnico agrícola, tá tudo misturado... mas, é... pegando a matriz, mais os nove núcleos da Cooparaíso, nós somos mais ou menos uns quinze, dezeseite engenheiros agrônomos! Eu sou a única mulher! Então, assim... eu, eu sonho em ter mais mulheres, não só na minha área de

engenheira agrônoma, mas, assim... sabe? Tomando conta de fazenda, sabe?”

A única mulher que ocupa o cargo de presidência em uma das associações aponta sua percepção acerca da participação feminina, das dificuldades e do descrédito que enfrenta:

“Dentro da associação! Você conscientizar as pessoas que aquilo é importante, que aquilo... eu ainda encontro barreiras! Em seis anos, nós temos uma sede, que já tá acabada...né, e eu tenho gente que fala... não fala pra mim, não! Me respeita! Mas fala pra outras pessoas: “Hiiii, isso aí num vai pra frente!” (...) Olha, eu... o que eu percebi com muita facilidade, e, às vezes, até a gente leva, assim, pro lado da brincadeira, e... e, meu marido, ele participa e ele acha engraçado. O que aconteceu: das nove associações, a única que tem liderança feminina é a minha! As outras são homens, então, o quê que aconteceu? Eu participo! De vez em quando, eu pego o carro e “Vamo na reunião do fulano!... vamo na reunião do beltrano!... Fulano, vem na minha!” então, tem o pessoal que tem mania de falar assim: “a sua cresceu!... como foi isso?” eu olho pelo lado, assim, o julgamento que eu faço: o homem, é, há pouco tempo, assim, ele era praticamente educado, pode ser de qualquer classe social! O coronel! “Eu sou o chefe da casa!” não é? “Aqui é eu que mando! Eu que dito as regras! Eu que dito as regras pras mulher! Pra mulher, pros filhos e tudo!! ” . Então, as outras, que elas são lideradas por homem, eu já ouvi, muitas mulheres falar assim pra mim: “Ah, eles vai fazer reunião, fala aqui (assim, pra mim) : “Quê que cê vai fazer lá? É só conversa de homem!” E outra coisa: ele centralizou só na máquina, só no trator, a maquina! “Vou trabalhar, vou arar a terra, vou plantar!” Agora, a minha, o quê que aconteceu? Eu vou pra associação, ó, é psicológico a coisa, a mulher pensa: “O marido vai lá ouvir ela falar... Eu também vou!”

O contexto em que estas relações se dão é marcado por clivagens, entre os sexos, onde é evidente que determinados espaços, tidos como masculinos, de fato apresentam uma considerável influência masculina. Esta mesma influência já foi percebida, inclusive, no espaço privado, onde a própria trajetória das mulheres já eram traçadas pelos homens. A “fala” de uma entrevistada expressa como se davam as relações de gênero em sua família. Conforme sua entrevista, o pai tomava as decisões como, por exemplo, quem seria seu marido e, depois, esse papel passou, mais tarde, ao próprio esposo:

“(...) foi... foi... mas o meu pai não de-xô !! (...) quem escolheu foi meu pai e o sogro. (...) os pai, né? (...) O meu sogro tinha mais terra! Meu pai tinha mais dinheiro! Aquelas terra... (...) ali onde, onde é que é aquelas manguera ali, em pé... tudo! Papai que emprestô dinheiro(...). É? Então! Papai tinha mais dinheiro, meu sogro tinha mais terra, né...”

A existência da diferenciação entre as duas formas de mão-de-obra acontece, também, no espaço rural e, assim sendo, é relevante citar a extensão que essa desigualdade adquire no que concerne aos direitos sociais. O acesso aos serviços públicos, assim como benefícios sociais, contratos de trabalho, carteira assinada não são alcançados com facilidade pelas mulheres. De acordo com Saffioti, apud Silva (1997,128):

“Além de toda esta situação, a mulher sujeita ao trabalho assalariado sazonal fica a descoberto dos poucos benefícios oferecidos pela legislação e, muitas vezes, não tem o salário individualizado. Isto ocorre quando ele é pago diretamente ao marido. Desta forma, a mulher está sujeita à autoridade de dois homens: marido e patrão”.

Uma característica que vem marcando a inserção da mulher no trabalho privado, nas áreas agrícolas, é a forma que a sua contratação adquire. O emprego sazonal implica numa maneira perversa de exploração capitalista, de acordo com Saffioti apud Silva (1997,129):

“Conforme Saffioti, só a mulher, no modo de produção capitalista, preenche os requisitos do capital investido em atividades que geram empregos sazonais, isto porque o seu salário é complementar ao masculino e é sobre ela que recai a responsabilidade quanto aos seus papéis tradicionais. Por conseguinte, a mulher constitui trabalhadora volante ideal, não exercendo, na maioria das vezes, pressão para tornar o emprego temporário em permanente. Desta forma, o tipo de modernização de agricultura implantado no Brasil, voltado à agricultura de exportação ou vinculado à agroindústria, apresenta características negativas para a maioria da população e, principalmente, para a mulher. Uma vez que a mulher como trabalhadora assalariada eventual tem a sua autonomia prejudicada, e na condição de volante encontra inúmeras dificuldades para a construção de sua identidade profissional”.

Um ponto de partida para esta discussão inicial pode ser a relevante contribuição de Antunes (1999, 109) ao afirmar que:

“As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho”.

É possível perceber que, para o autor, a lógica capitalista contribui para reforçar não apenas as diferenças de sexo mas, também, de gênero. A dupla jornada enfrentada pela mulher estabeleceu através de uma vertente, determinada desde cedo, nos processos de socialização dos indivíduos. Imposta ao longo de muitos anos, acaba por mascarar uma situação de exploração, em que as sociedades capitalistas se apropriam, tanto da força de trabalho feminina no âmbito privado, quanto na esfera pública.

Analisando a divisão social do trabalho entre as duas categorias de sexo, torna-se possível identificar esta diferenciação e, nesta perspectiva, Brito (2002, 90) afirma:

“Conforme vão sendo aprofundadas as reflexões sobre as atividades de homens e mulheres, as diferenças de gênero vão se revelando. No campo simbólico, as categorias ‘ajuda’ e ‘trabalho’ expressam hierarquias nas relações de produção familiar e os elementos mediadores utilizados nos discursos para determinar quem trabalha e quem ajuda são, principalmente, o emprego da força física e o tempo de permanência na lavoura. O emprego da força física está muito associado ao manuseio da enxada, que é um instrumento relacionado ao universo masculino. A simbologia da enxada faz parte da construção da identidade do trabalhador agrícola na Serrinha do Mendanha: ‘A mulher no campo ela ajuda: vai no campo tirar uma couve, arregar... Ela vai pegar uma enxada igual um homem pega, de manhã até às cinco horas da tarde? A mulher pode fazer isso?’ (agricultor, comparando as atividades)”.

Assim, a influência de construções sociais estão presentes no cotidiano da vida no campo. O que é designado para o homem e o que fica

determinado como atividade de mulher passam a configurar normas, seguidas por toda a sociedade, nas relações sociais, assim como na divisão do trabalho. Em Paraíso, algumas situações demonstram que, dependendo da necessidade, algumas mulheres passam a desempenhar funções tidas como masculinas, conforme a “fala” desta entrevistada:

“Uma, é pela necessidade, eu acho. Primeira. (sorri) A mão-de-obra é muito cara....(...) e a consciência, também, de que as coisas só caminham quando a gente caminha junto, né, marido, mulher, filhos... e a mão-de-obra é muito cara... e, e... assim... eu não sei se há... há uma mudança de mentalidade. Pra, pra entender que não existe essa diferença entre o homem e a mulher... existem tipos de serviços, né, não, não... (...). não, é que... eu faço lá na roça tudo o que precisar, assim, o que tiver ao meu alcance... igual eu te falei: antigamente, quando nós viemos, eu fazia de tudo, a mesma coisa que fazia lá... aí, houve uma melhora da gente: a gente pôde colocar empregados, eu só ia na embalagem das frutas. Nem na colheita, eu não ia. Hoje, (sorri), hoje eu já (...) eu não fico só no barracão, embalando essas frutas, não! E a parte fiscal, a parte de banco, a parte de compra... tudo isso eu que faço! Meu marido, na realidade, só fica trabalhando lá!”

O reconhecimento da participação feminina na zona rural pode representar um ponto de partida para a organização das mulheres em um movimento que viabilize a conquista de direitos, assim como a formulação de novas políticas voltadas para a mulher do campo. Alguns autores entendem esta perspectiva como uma possibilidade de avanço na luta por justiça social no conturbado cenário que envolve as relações de gênero no campo brasileiro. Segundo Machado e Scheffler (2005):

“É possível ainda afirmar que a contribuição das mulheres na produção familiar, traduzida, inclusive, em valores monetários, pode indicar pistas que ajudem a desvelar o complicado e injusto quadro de problemas que permeiam as relações de gênero no meio rural, com destaque para a divisão sexual do trabalho e a posição da mulher nesse contexto. Podem, além disso, contribuir com elementos que fundamentem criticamente e auxiliem as mulheres rurais nas lutas sociais pelo reconhecimento e afirmação de sua identidade como mulheres, trabalhadoras e cidadãs, indicando pistas para o delineamento de políticas públicas orientadas para a agricultura familiar, numa perspectiva que integre a agroecologia a outras dimensões deste sistema de organização da produção, notadamente as de gênero e idades/ gerações”.

Dessa maneira cabe, agora, analisar a relação feminina, em Paraíso, com as políticas públicas já implementadas. É necessário averiguar, no entanto, se existe – e como se dá – o acesso feminino a estas políticas.

4.2

Políticas públicas e a mulher do campo

Nesta parte do trabalho buscou-se pontuar a existência de políticas sociais específicas voltadas para a mulher do campo, assim como perceber sobre o acesso feminino a estes serviços. Para estabelecer melhor a relação da mulher da zona rural com as políticas públicas, torna-se necessário, antes, compreender como se dá sua inserção nas esferas públicas e privadas. Significa afirmar que, a partir desta percepção, a dissertação busca caracterizar a inserção da categoria feminina no contexto político, na esfera dos direitos, para averiguar se há dificuldades ou facilidades de acesso das mulheres às políticas sociais.

Durante entrevista, a prefeitura de Paraíso informou sobre a reduzida implementação de programas voltados à população do campo. No entanto, relacionou, em parte, as dificuldades financeiras a esta questão. Este aspecto acaba por incidir, diretamente, na redução do atendimento dos pedidos das mulheres, que partem das associações:

“ O poder público, ele tem uma linha de produto muito pequena pra, pra agricultor. Se pegar o poder público municipal, os compromissos condicionais dele são muito ligados à educação, saúde, é... infra-estrutura urbana e sobra quase nada! Se for pensar esporte... por mais que a gente tenha programas, mas não sobra quase nada pra esporte, pra agricultura, pra trabalho social, esses entram no, no caixa comum. O caixa comum, como ele é muito pequeno, cê tem uma ninharia pra fazer política em cada um desses setores. Então, na realidade, você não tem muito programa não! É... e nem área estruturada nessas áreas de atuação dentro do município...”

Percebi, entretanto, a partir das entrevistas realizadas junto ao grupo de Paraíso, que as políticas sociais não são consideradas

responsáveis principais pela existência de clivagens entre sexos na zona rural de Paraíso. Não foi possível, no entanto, perceber, se esse fenômeno se deu por conta do reduzido número de políticas públicas voltadas à população rural.

Dentro do contexto estudado, ficou evidente que as políticas sociais são vistas como benefícios, alcançados ou não, pela população, em geral.

“(...) não,... aqui ninguém recebe benefício do governo, não (...)As crianças? Tem, tem... Tem! Recebe... também lá da escola, é... como é que chama? Bolsa Família...”

Deve-se considerar, também, os casos de famílias da zona rural que acessaram as políticas sociais e não obtiveram sucesso, por não estarem incluídas dentro dos critérios determinados pelos programas, conforme mostra o trecho, a seguir:

“(...)Não. Não tenho carteira assinada. (...) Nunca tive. (...) Nada... Eu, até agora, tava tentando por... auxílio à maternidade, mas não consegui...(...). Pelo pequeno produtor; agora, o advogado vai lutar, porque tem como! O pequeno produtor consegue! Mas é... lá no INSS não dá!(...) e Bolsa Escola, Bolsa Família, essas coisas... eu nunca consegui...(...) por ter um pedacinho de terra, eles falam que não tem direito! (...). É, mas eu acho errado, né, porque desde que você mora na roça, né, qualquer coisa ajuda, né?”

Sobre políticas sociais que não são direcionadas especificamente às mulheres e sim, aos filhos, como o PETI⁹, por exemplo, além dos critérios focalistas, foram identificadas outras dificuldades que as impedem de acionar o programa, como desejaram:

“(...) Peti tem. (...) Não...ah...na época eu fiz os papel tudo, aí, depois viero... num dá certo, que, que, tem que ir pra Paraíso um dia...(...) pra

⁹ PETI – O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um programa de transferência de renda do governo federal. Provê o pagamento de uma bolsa mensal por cada criança que mantenha frequência escolar ininterrupta e participe das atividades previstas pelo programa, com o objetivo de erradicar o trabalho infantil, tanto nas áreas urbanas como nas zonas rurais. Após atingir a idade limite estabelecida pelo programa, a criança deixa de ser vinculada, independente de sua família atingir algum tipo de emancipação que permita a sobrevivência do grupo familiar sem este benefício.

Monte Santo no outro...(...). É... quer dizer: num fui!”

Assim, a partir deste exemplo, alguns aspectos podem caracterizar obstáculos que impedem o acesso às políticas públicas como, por exemplo, dificuldades financeiras, distância geográfica. O fato é que a existência de impedimentos associados à falta de informação condenam uma determinada parcela da população ao afastamento de algumas políticas públicas.

A idéia de proteção social está vinculada a uma idéia de colaboração, no que diz respeito às relações entre sociedade e Estado. Faleiros (1986) afirma que o sentido das políticas públicas não se restringe apenas no objetivo de melhorar as relações, mas sim, “reduzir os conflitos entre as classes sociais, agudizados pelas lutas entre as organizações de trabalhadores e os patrões” (p.14). Este autor (1986) complementa sua idéia afirmando que:

“A ideologia da colaboração está ligada à de proteção social. Esta, na fala dos políticos, visa dar o sentimento de segurança e garantias aos ‘mais fracos’ da sociedade, aos mais desprotegidos, aos carentes, aos marginalizados, aos pobres” (p.14).

Considerando os mecanismos de prestação de serviços e benefícios governamentais, deve-se observar que a cobrança de taxas, impostos, contribuições afetam, diretamente nos custos dos produtos produzidos, assim como dos salários pagos aos trabalhadores. Dessa maneira, Faleiros (1989, 33) afirma que as “(...) políticas sociais são, assim, formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos”. O autor aponta que, através de determinadas políticas sociais,

“(...)o trabalhador repõe certos desgastes de sua força de trabalho, obtém benefícios que contribuem para a reprodução de seus filhos ou para sua manutenção quando estiver temporariamente excluído do mercado de trabalho. É por isso que se afirma que as

políticas sociais constituem mecanismos de reprodução da força de trabalho”(p.33).

É importante ressaltar, de acordo com este autor, que cada conjuntura de organização no Estado determina a intensidade de uma correlação de forças mais complexas. Ou seja, de acordo com Faleiros (1989, 67):“(...) a articulação e o desenvolvimento das políticas e das lutas sociais são condicionadas pelas formas de organização do Estado (...)”.

Ocorre, porém, que considerar a existência de políticas públicas voltadas diretamente para o produtor rural já significa um grande desafio, visto que esta ação já representa uma dificuldade para alguns dos moradores do campo. Uma das mulheres entrevistadas apontou necessidades, enfrentadas pelas comunidades e discutidas nas associações, que o poder público ainda não solucionou:

“(...). Mas, infelizmente...o quê que acontece, nenhuma outra associação sabe, a inteligente, que ela tem uma riqueza na comunidade! Ela não caminha sozinha... com as próprias pernas... ela é dependente de algum órgão político! Ela depende! Porque, olha... começa a educação no meio rural, que é difícil: ela é complicada! A saúde, mais ainda!!(...)”

A partir desta “fala”, torna-se possível considerar a relação que Novellino (2004) estabelece entre as políticas públicas e gênero, através de sua análise acerca do que denomina feminização da pobreza, para chegar, então no acesso da mulher às políticas públicas. Esta autora afirma que:

“(...) o fato é que, sendo ou não real este processo de feminização da pobreza, muitos estudos vêm sendo feitos nos últimos 25 anos, os quais tomam ora como pressuposto ora como hipótese a sua existência. Quando esses estudos conseguem provar a veracidade do processo, eles passam a ser elementos justificadores da adoção de políticas públicas voltadas especificamente para mulheres pobres. Caso contrário, passam a servir como elemento de defesa da implementação de políticas que beneficiem tanto as mulheres quanto os homens pobres. Portanto, à projeção e implementação de políticas públicas de gênero que tenham como público-alvo mulheres vivendo em

situação de pobreza, antecede uma justificativa empiricamente comprovada.

As relações das mulheres com o âmbito econômico é alvo de estudos que revelam a necessidade de formulação de políticas públicas a elas direcionadas diretamente à elas. A idéia de Saffioti (1992) aponta que, visando à realização de seus interesses, é mais conveniente para a classe dominante cristalizar construções ideológicas que justifiquem situações de dominação. Uma conjuntura que justifique, por exemplo, a condição de se pagar menores salários que não correspondam ao que é determinado como “conveniente”, ou seja, seguir uma idéia que afirme como “ideal” aquele que é macho, rico, branco. Dessa maneira, segundo a autora, é esta relação perversa que torna urgente a formulação de políticas públicas destinadas à mulher.

É nesta relação capitalista, inclusive, que a divisão sexual passa a representar um modo de exploração, em que, como exemplo, é possível citar a inferioridade dos salários pagos às mulheres. Segundo Saffioti (1987, 23):

“Através de um simples cálculo aritmético, pode-se concluir que o poder do macho no seio das classes trabalhadoras representa uma vitória da classe patronal, e não uma conquista do trabalhador”

Em sua obra, a autora complementa sua idéia, afirmando que é justamente esta “supremacia masculina” que acaba impedindo, ou ao menos dificultando o avanço das lutas das classes trabalhadoras. O pagamento de salários reduzidos à mulheres, implica no achatamento da renda de uma família de trabalhadores, ou seja, em famílias com duas, três mulheres, ao menos, a somatória dos rendimentos delas não chegam a atingir o salário masculino inteiro, pago, muitas vezes, para a execução das mesmas funções.

Quanto à aposentadoria paga à mulher da zona rural, surge outro desafio que, segundo Saffioti (1987), implica na limitação do seu acesso aos direitos sociais. O fato de não possuir carteira assinada implica diretamente no impedimento da efetivação da aposentadoria da mulher, visto que este é o critério principal para a concessão deste direito de cada trabalhador.

Neste sentido, a questão que relaciona as categorias gênero, trabalho e assistência social na esfera rural implica em construções ideológicas que acabam por naturalizar situações de dominação. Saffioti (1987,49) diz:

“Nas zonas rurais é freqüente encontrarem-se trabalhadoras cujas carteiras de trabalho ficam com o patrão. Elas não são assinadas. Ficam nas mãos do patrão para assinatura, o que ocorre apenas se aparecer fiscalização. Como esta é omissa ou se vende, a maioria esmagadora das carteiras de trabalho nunca é assinada” .

Sobre a aposentadoria da mulher, na zona rural, o governo federal, através da CNA¹⁰, informa que:

“Previdência Rural /Aposentadoria da esposa:

A esposa do empregado rural só tem direito à aposentadoria se fizer a inscrição no INSS como autônoma e recolher a contribuição mensal.

Obs: No caso específico do segurado especial, é devida a aposentadoria à esposa mediante comprovações específicas. O produtor rural que exerce sua atividade em regime de economia familiar é considerado segurado especial pela previdência. Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria

¹⁰ A CNA- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil- é um órgão vinculado ao governo federal. De acordo com o Estatuto da CNA, seu artigo 1º afirma que: “Art. 1º - A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, entidade sindical de grau superior, reconhecida pelo Decreto nº 53.516, de 31/01/64, publicado no Diário Oficial da União de 05/02/64, é constituída pela categoria econômica dos ramos da agricultura, da pecuária, do extrativismo rural, da pesca, da silvicultura e da agroindústria, no que se refere às atividades primárias desta ou de qualquer outro ramo, independentemente da área, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito de propriedade, na economia de mercado e nos interesses do País.

Parágrafo único - Para efeito deste Estatuto, os termos Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação e CNA se equivalem”

Fonte:<http://www.cna.org.br/site/desvio.php?origem=3026&a=14593> acessado em 25 de abril de 2008.

subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem utilização de empregado”.

Fonte: <http://www.cna.org.br/site/noticias>

Se o acesso à aposentadoria é condicionado a fatores que podem impedir o acesso da mulher, as políticas públicas apresentam, também, critérios que podem afastar a agricultora de muitos de seus direitos. As políticas sociais são alvo de debates intensos em diferentes áreas de estudo. Atualmente, no Brasil surgem, cada vez mais questionamentos em torno de políticas vigentes –tanto sociais, quanto econômicas- que buscam amenizar os impactos sofridos pela população frente ao quadro de desigualdade, já delineado em tantas outras pesquisas.

Considerando as informações obtidas nas entrevistas realizadas, percebe-se como se dá a relação entre a mulher e as políticas sociais, na atualidade de Paraíso. A deficiência no acesso é evidente, porém, é relevante esclarecer que a falta de políticas públicas voltadas para esta categoria, no Brasil, certamente é uma discussão já questionada anteriormente, através de outros trabalhos.

Com relação às políticas públicas, foi informada em entrevista que o PRONAF¹¹, como um dos instrumentos do governo federal direcionado para o desenvolvimento rural, é executado em Paraíso. O acesso ao PRONAF- Mulher foi citado, também, durante a entrevista na prefeitura.

“(…) já foi oferecido. Essa comunidade, por exemplo, do Morro Vermelho, já usou dos recursos do Pronaf pra comprar máquinas! As máquinas de costura. (...)e, e...a participação dos bancos junto e aí, cada associação leva suas reivindicações e ali...dentro da viabilidade são atendidas... e esse Pronaf é um que veio... encaixar bem no setor rural, principalmente para o pequeno produtor.”

Os impactos deste programa sobre os habitantes de Paraíso não foram analisados nesta dissertação devido à dificuldade em localizar algum grupo ou parcela da população que tivesse utilizado os recursos do

¹¹ Criado pelo Governo Federal o PRONAF - Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar - é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar e administrado pelo BNDES

Pronaf. Quando questionadas sobre qualquer acesso a alguma política pública, apenas uma das mulheres entrevistadas declarou ter, em sua família, pessoas inseridas em programas do governo, como PETI e o Bolsa-Família¹².

Apesar da pesquisa não ter conseguido identificar qualquer divulgação da execução do Pronaf em Paraíso, este acesso é direcionado às mulheres, seguindo os critérios do governo federal, conforme informa o PPIGRE¹³, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo as informações divulgadas, neste programa existem procedimentos para a agricultora acionar o Pronaf-Mulher.

Sobre a inserção da mulher agricultora de Paraíso em programas direcionados ao campo, a equipe da gestão política do município informa sobre a presença do Estado, através de ações mediadas entre o governo municipal, a Emater e as associações:

“ É exatamente isso que nós estamos discutindo! Tá? (...) É... essa questão, quando você me faz essa pergunta... é... me reporta novamente lá... no... no Morro Vermelho! Lá, a Emater tem alguns programas. E a Emater desenvolveu lá... não sei se na sua comunidade, (...)...lá nos Pimenta, na Antinha! É... desenvolveu, também, culinária! Culinária. Não só daquele, do, da... broinha de fubá de canjica não, sabe! Ela levou lá compotas, você precisa ver, aí sim: e-fe-ti-va da mulher nos cursos!!! E... se você tiver a oportunidade de falar com as senhoras lá do Morro Vermelho, com absoluta certeza, elas vão citar isso!Tá? né, Tônico? Eu não sei se a Dinha teve essa oportunidade, teve? A Emater levou os cursos? Então... isso também fez com que a mulher, o desenvolvimento, a participação... sabe? Até desinibição! Que o Ilson fala... da mulher mais desinibida. Nos cursos elas eram, obrigatoriamente levadas a participar! A comunicar! E tal! Isso também desinibiu... esse programa da Emater! Tá? Esse programa é da Emater! Doces! Enfim, todo tipo! Artesanato!... certo? Então isso também foi importante... é importante!!! Mas há... também, nós não botamos só coisas bonitas não. A falta, também, a omissão, tanto do homem quanto da mulher na participação também! Tá? As... as reuniões lá da zona rural não podem ultrapassar das 9 horas, mas é lógico, que ele levanta de madrugada!! Ele vai... a mulher faz almoço na madrugada ainda... bota na marmita pra ele levar, no caldeirão, pra ele levar pra roça!”

¹² Programas de transferência de renda do governo federal.

¹³ Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

Com relação à promoção de cursos de profissionalização, não foi citada a existência destas atividades entre os homens. Constatou-se, porém, constatar que as ações voltadas para a capacitação profissional, na área rural, valorizam as funções de reprodução social entre as mulheres, através dos cursos oferecidos à comunidade, executados nos espaços das associações, onde são feitas as solicitações, durante as reuniões:

“(...) Não, as reuniões... é tudo misturado... (...). É (...) Tudo misturado... (...) Era... esse curso que nós fizemos, mesmo, da,... (...) foram as mulheres que pediram, e, aí, veio, uma... Ana Maria! Que ela chama... a professora do Senai, né, veio dar... uma semana! O curso pra gente... (...)É... aí tem a Emater! Pede na Emater! (...) Isso!”

Percebe-se, através de depoimentos, que as próprias reivindicações das mulheres estão condicionadas a sugerir determinado tipo de solicitação. Geralmente se referem a alguma atividade vinculada à reprodução social. No entanto, é inegável considerar, também, sobre a desigualdade até mesmo de participação nas associações onde, apesar desses núcleos se abrirem para a participação feminina é, ainda, pequena se comparada à frequência masculina.

Considerando a execução das políticas públicas e, conseqüentemente, a necessidade de um vínculo com as relações de trabalho, como requisito para o acesso às políticas que foram citadas aqui, percebe-se que os efeitos de emancipação do povo brasileiro não são evidenciados até este momento. Este, porém, não é objetivo desta pesquisa, que busca direcionar a análise para a participação feminina em atividades de trabalho e nos movimentos sociais. Aliás, em Paraíso, no que se refere às associações dos produtores rurais, a participação feminina implica, exatamente, em sua relação com o trabalho, ou seja, é preciso trabalhar para participar das associações rurais.